

ACESSO A INFORMAÇÕES E PROPAGANDAS DE CIGARROS POR ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE ANÁPOLIS, GO

ACCESS TO INFORMATION AND ADVERTISEMENTS OF CIGARETTES BY HIGH SCHOOL STUDENTS FROM ANAPOLIS, GO

ACCESO A LA INFORMACIÓN Y LA PUBLICIDAD DE LOS CIGARRILLOS POR LOS ESTUDIANTES DE LA ESCUELA SECUNDARIA DE ANÁPOLIS, GO

Bruna Cristina da Silva¹
Murilo Martins Silva²
Renata Fernanda de Barros³
Adriano de Almeida de Lima⁴
Cristine Miron Stefani⁵

RESUMO

O Brasil possui Programa Nacional de Controle do Tabagismo e legislação específica para a prevenção do início do hábito considerados dos mais avançados do mundo, ainda assim, a prevalência de experimentação e tabagismo entre os adolescentes é relativamente alta. Objetivo:

Este estudo teve por objetivo verificar o acesso de estudantes a informações e propagandas do cigarro no município de Anápolis, GO. Metodologia: os dados foram coletados por meio da aplicação do questionário adotado no VIGESCOLA (Brasil, 2004). Participaram da pesquisa 1565 adolescentes entre 13 e 19 anos, 1103 matriculados na rede pública de ensino e 462 na rede privada. Resultados: Os adolescentes participantes informaram continuar vendo propagandas de cigarros na mídia e em eventos, e poucas mensagens antitabagistas. Alguns possuíam produtos com marcas de cigarro e foram abordados por representantes de cigarros com oferta de amostras gratuitas. Paralelamente, a maioria recebeu informações sobre o tabagismo por familiares, enquanto a escola não contribuiu para a discussão, conforme seria desejável. Conclusão: Maior fiscalização ao assédio de adolescentes por meio de propaganda e merchandising da indústria do tabaco é necessária, bem como maior

¹ Cirurgiã Dentista egressa do Curso de Odontologia, Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA. Rua dos Marajós Qd. 04, Lt. 12, Dom Bosco, Nerópolis-GO. CEP: 75460-000 jotancio@hotmail.com. F: (62) 84958080

² Cirurgião Dentista egresso do Curso de Odontologia, Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA. Rua 9 Qd.14, Lt. 3, Recanto do Emboabas, Aparecida de Goiânia-GO. CEP: 74910-250 murilomsilva@bol.com.br. F: (62) 84547988.

³ Cirurgiã Dentista egressa do Curso de Odontologia, Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA Rua Potengi Qd. 44, Lt. 16, Goiânia-GO. CEP: 74485-555. renatynha-gyn@hotmail.com. F: (62) 91855050

⁴ Professor Adjunto do Departamento de Odontologia, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília. SHCGN 712, Bl. L, AP. 103, Brasília-DF. CEP 70760-712. adadlima@gmail.com. F: (61) 99919778

⁵ Professora Adjunta do Departamento de Odontologia, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília. SHCGN 712, Bl. L, AP. 103, Brasília-DF. CEP 70760-712. cmstefani@gmail.com. F: (61) 99329778

ênfase à abordagem do assunto tabagismo nas escolas.

Descritores: Tabagismo - Legislação & Jurisprudência; Programa Nacional de Controle do Tabagismo; Saúde do Adolescente.

ABSTRACT

Brazil has a National Program of Tobacco Control and specific legislation to prevent the onset of the habit considered among the world's most advanced, yet the prevalence of experimentation and smoking among adolescents is relatively high. Objective: This study aimed to verify the student access to information and advertising of cigarettes in the city of Anapolis, GO. Methodology: Data were collected through the questionnaire adopted from VIGESCOLA (Brazil, 2004). The participants were 1565 adolescents between 13 and 19 years old, 1103 enrolled in public schools and 462 in private schools. Results: The adolescent participants reported still seeing advertisements for cigarettes in the media and events, and few anti-smoking messages. Some had products with brands of cigarettes and were approached by representatives of tobacco industry with an offer of free samples. In addition, most received information about smoking by family members, while the school did not

contribute to the discussion, as would be desirable. Conclusion: more rigorous oversight of the tobacco industry in compliance with laws on the advertising and merchandizing is required, as well as greater emphasis on addressing the smoking issue in schools.

Key-words: Smoking - Legislation & Jurisprudence, National Tobacco Control Program; Adolescent Health

RESUMEN

Brasil tiene la Dirección Nacional de Control del Tabaco y la legislación específica para la prevención del hábito considerados las más avanzadas del mundo, sin embargo, la prevalencia y la experimentación de fumar entre los adolescentes es relativamente alta. Objetivo: Este estudio tuvo como objetivo verificar el acceso de los estudiantes a la información y la publicidad de cigarrillos en la ciudad de Anápolis, GO. Metodología: Los datos fueron obtenidos a través del cuestionario adoptado del Vigescola (Brasil, 2004). Los participantes fueron 1.565 adolescentes entre 13 y 19 años, 1.103 inscritos en las escuelas públicas y 462 en las privadas. Resultados: Los participantes informaron que siguen viendo anuncios de cigarrillos en los medios de comunicación y eventos, y algunos mensajes contra el tabaco.

Algunos tienen productos con marcas de cigarrillos y fueron abordados por los representantes de los cigarrillos con muestras gratuitas. Al mismo tiempo, la mayoría recibió información sobre el tabaquismo de los miembros de la familia, mientras que la escuela no ha contribuido a la discusión, como sería deseable. Conclusión: Supervisión de la industria del tabaco en cumplimiento de las leyes sobre la publicidad y merchandising se requiere, así como un mayor enfoque del tema tabaquismo en las escuelas.

Descriptor: Tabaquismo - Legislación y Jurisprudencia; Programa Nacional para el Control del Tabaco; Salud del Adolescente.

INTRODUÇÃO

O tabagismo pode ser definido como uma doença epidêmica, pediátrica, crônica e contagiosa, transmissível por meio da propaganda e publicidade ⁽¹⁾. De fato, a indústria do tabaco tem como alvo principal os jovens até os 19 anos de idade, fase de construção da personalidade, quando estão suscetíveis às mensagens e exemplos ao redor, e para esses são desenvolvidas propagandas e publicidade, seduzindo-os a fumar por ideias de sofisticação, elegância, virilidade, liberdade, por códigos e símbolos do mundo adulto ^(2,3).

O Brasil desenvolve um Programa Nacional de Controle do Tabagismo considerado um dos mais abrangentes do mundo, comparável àqueles adotados nos países desenvolvidos ^(4,5). O Programa Nacional de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco de Câncer foi criado em 1989 e ganhou forças a partir dos anos 1990. É coordenado pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA), órgão responsável pela Política Nacional de Controle do Câncer ⁽⁵⁾. Entre as ações nacionais do Programa, desenvolvidas em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, entre outros setores sociais, estão aquelas voltadas para a prevenção da iniciação do tabagismo, tendo como público alvo crianças e adolescentes ⁽⁶⁾.

Nas Escolas, é previsto o desenvolvimento do Programa Saber Saúde, com a inserção no currículo escolar de estratégias para promoção de estilos de vida saudável, incluindo a prevenção ao tabagismo. Visando reforçar o fumar como comportamento socialmente não aceito, o programa procura atuar junto a professores, estudantes e funcionários das escolas, e o tema tabagismo deve ser inserido na rotina escolar, abordado em diferentes momentos e por diversas matérias do currículo. Um dos principais enfoques é estimular nas crianças e adolescentes uma consciência crítica em

relação às manipulações publicitárias que promovem estilos de vida nocivos, entre eles o tabagismo. Neste programa está incluído o Módulo Escolas Livres do Cigarro, que tem como objetivo tornar as escolas livres da poluição tabagística ambiental, protegendo crianças e adultos dos efeitos deletérios do tabagismo passivo ⁽⁶⁾.

O Brasil também possui uma das legislações para controle do tabagismo mais avançadas do mundo, destacando-se as leis que visam informar as pessoas sobre os riscos do tabagismo, protegê-las da exposição ao tabagismo passivo e indução ao consumo (por meio da restrição à publicidade e promoção de produtos derivados do tabaco) e da proibição da venda para menores de idade ⁽¹⁾.

No início dos anos 2000, o Ministério da Saúde conduziu o VIGESCOLA ⁽⁷⁾, estudo de âmbito populacional e abrangência nacional, com uso de questionário, aplicado a estudantes entre 13 e 17 anos de idade em 12 capitais brasileiras e o Distrito Federal. Juntamente com informações acerca da prevalência da experimentação e tabagismo entre os estudantes, o questionário aplicado também arguia a respeito de acesso a informações e propagandas do tabaco, porém esses resultados não foram explorados no momento final da publicação. Também não há, na literatura

brasileira, estudos sobre o acesso de estudantes às informações e propagandas de cigarros.

O objetivo do presente estudo foi descrever o acesso dos estudantes do ensino médio da rede pública e privada de Anápolis-GO às informações e propagandas de cigarro.

METODOLOGIA

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UniEVANGÉLICA sob o número 4884/2010. Tratou-se de estudo de campo, de corte transversal e abordagem quantitativa, por meio do questionário adotado pelo VIGESCOLA ⁽⁷⁾.

Participaram desta pesquisa estudantes do ensino médio, entre 13 e 19 anos, matriculados na rede de ensino pública e privada de Anápolis, GO. Após contato com a Subsecretaria Estadual de Educação, verificou-se haver pouco mais de 12.000 Matriculados no ensino médio em escolas públicas no final de 2010, e cerca de 2.900 matriculados nas escolas privadas em Anápolis em 2011.

Da relação de escolas públicas inicialmente fornecida pela Subsecretaria Estadual de Educação de Anápolis, foram excluídas as escolas da educação especial (4 unidades) e aquelas que não possuíam todos os anos de ensino médio (6 unidades). Restaram 28 escolas, com

11.052 matriculados. Por meio de fórmula para cálculo do tamanho amostral para populações finitas, com erro tolerado de 3%, nível de confiança de 95% e prevalência do fenômeno definida em 50%, com margem de segurança de 10%, verificou-se que o número deveria ser 1070 estudantes. Para as escolas particulares, com os mesmos parâmetros, o resultado do cálculo foi n=862 estudantes.

As 28 escolas públicas de Anápolis que possuíam o perfil para aplicação dos questionários foram classificadas de acordo com o número de estudantes matriculados em pequenas (até 250 estudantes matriculados no ensino médio, 9 escolas); médio porte (entre 250 e 600 estudantes, 11 escolas); e grande porte (mais de 600 estudantes, 8 escolas). O Município, em virtude de sua configuração geográfica, foi dividido em região norte, sul, oeste e centro-leste, e as escolas da área urbana foram mapeadas. Em virtude da distribuição equitativa de escolas de grande porte entre as quatro regiões, estas foram selecionadas para a aplicação dos questionários. Caso acontecesse a recusa do responsável pela escola em participar da pesquisa, as escolas de médio porte mais próximas seriam automaticamente envolvidas na pesquisa, de maneira a assegurar o número de questionários inicialmente previsto.

Para cada escola foi determinado o número mínimo de questionários a ser aplicados, levando-se em consideração o total de questionários necessários (1100), proporcionalmente ao número de matriculados na escola. Os questionários deveriam ser distribuídos para aplicação proporcional aos estudantes matriculados em cada ano de ensino médio.

Os diretores das escolas foram contatados previamente, quando a pesquisa foi explicada e a autorização para a aplicação dos questionários obtida. O contato com os estudantes foi realizado em sala de aula, em dia e horário determinados pelo diretor ou coordenador pedagógico de cada escola, quando a pesquisa foi explicada e os estudantes que concordaram em participar receberam um termo de consentimento livre e esclarecido para coleta da assinatura dos pais ou responsáveis (em caso de menores de idade). A coleta dos TCLEs assinados e a aplicação dos questionários aconteceram em um encontro subsequente, agendado com a escola.

Dentre as escolas privadas com ensino médio em Anápolis, foram identificadas cinco que poderiam ser classificadas como de médio ou grande porte. Optou-se por entrar em contato com cada diretor como forma de determinar a inclusão da escola na pesquisa. O processo de apresentação da pesquisa, coleta do

TCLE e aplicação do questionário foram os mesmos descritos para as escolas públicas.

Foram incluídos na pesquisa adolescentes matriculados do 1º ao 3º ano do ensino médio de escolas públicas e privadas em Anápolis, GO, entre 13 e 19 anos, que concordaram voluntariamente em participar da pesquisa. Foram excluídos estudantes que não estavam em sala de aula no dia reservado para a aplicação do questionário e aqueles que não concordaram em participar, ou cujos pais/responsáveis não autorizaram a participação ou não assinaram o TCLE.

O instrumento adotado na pesquisa foi o questionário empregado pelo VIGESCOLA⁽⁷⁾ adaptado para a realidade dos sujeitos de pesquisa. As modificações envolveram as questões que, no questionário original, traziam alternativas referentes aos preços e marcas de cigarros, e se encontravam desatualizadas. Os questionários foram aplicados em sala de aula, após o recolhimento dos TCLEs assinados.

Os questionários preenchidos foram classificados segundo status tabágico pelos critérios adotados no VIGESCOLA⁽⁷⁾, em não fumantes (aqueles que não experimentaram cigarros e não estavam expostos à poluição tabágica ambiental), não fumantes expostos ao tabagismo passivo, doravante denominados fumantes

passivos (aqueles que não experimentaram cigarros, mas estavam expostos à poluição tabágica ambiental, em casa ou fora); experimentadores (aqueles que experimentaram cigarros, mas não fumaram nos 30 dias que antecederam à coleta de dados) e fumantes (estudantes que fumaram nos 30 dias que antecederam à coleta de dados). Em seguida, os dados foram tabulados e sumarizados, e Os comparados pelo teste Chi-Quadrado e razão de chances (Odds Ratio - OR) ao nível de 5% de significância.

RESULTADOS

Das oito escolas públicas de grande porte mapeadas em Anápolis, duas se recusaram a participar da pesquisa, sendo substituídas por três escolas de médio porte mais próximas (duas na região norte e uma na região centro-leste).

Das cinco escolas privadas de médio ou grande porte, duas se recusaram a participar da pesquisa. Uma autorizou a aplicação em apenas uma unidade das duas existentes no município e outra escola autorizou a aplicação em apenas uma sala de aula. Uma única escola concordou integralmente em participar da pesquisa.

Foram aplicados efetivamente 1159 questionários nas escolas públicas. Destes, 56 questionários foram excluídos, dois por conterem mais de dez questões deixadas em branco, quarenta por inconsistência no

preenchimento, impedindo a classificação dos respondentes quanto ao estado tabágico, e 14 por não terem identificado o gênero. Foram considerados para a análise estatística 1103 questionários válidos.

Nas escolas privadas, em virtude das dificuldades encontradas, foram aplicados 475 questionários, dos quais 13 foram excluídos, dois por conterem mais de 10 questões deixadas em branco, nove por inconsistência no preenchimento quanto ao estado tabágico, e um por ausência de identificação do gênero. Foram considerados válidos 462 questionários. Embora o n dos estudantes das escolas privadas não tenha atingido o previsto no cálculo estatístico (n=862), considerando o volume proporcional de estudantes

Tabela 1: Distribuição dos estudantes participantes segundo o status tabágico na rede pública e privada de ensino em Anápolis-GO.

Status Tabágico	Rede pública	Rede Privada	Valor de P*
Não Fumantes	420 (38%)	189 (41%)	ns**
Fumantes Passivos	391 (35%)	144 (31%)	ns
Experimentadores	240 (22%)	94 (20%)	ns
Fumantes	52 (5%)	35 (8%)	0,03
Total	1103 (100%)	462 (100%)	

* Teste Chi-Quadrado, alfa = 0,05

** ns = não significativo

Apenas 23,5% dos estudantes viram mensagens antitabagistas nos meios de comunicação nos 30 dias que antecederam à pesquisa. O percentual foi maior entre experimentadores (OR 0,69; p=0,003) que

matriculados no ensino médio público: privado no município (4:1), a proporção final de participantes no estudo (2,4:1) foi considerada aceitável.

Os dados referentes ao percentual de não fumantes, fumantes passivos, experimentadores e fumantes de acordo com a rede de ensino (pública ou privada) encontram-se na tabela 1. Houve tendência discreta de mais estudantes da rede particular ser considerados fumantes (OR 0,62; p=0,03). Os resultados referentes ao acesso dos estudantes a informações sobre o tabaco e propagandas, merchandising e assédio da indústria do tabaco estão expostos nos quadros 1 a 4.

entre não fumantes, fumantes passivos e fumantes. Não houve diferença estatística entre os resultados de escolas públicas ou privadas. Da mesma maneira, apenas 13% viram mensagens antitabagistas em

eventos, sem diferença estatística em relação ao status tabágico ou à rede de ensino frequentada. (Quadro 01).

Quadro 01: Contato com mensagens antitabagistas na mídia e eventos de qualquer natureza pelos estudantes do ensino médio em escolas Públicas (Pub) ou Privadas (Pri) de Anápolis, GO.

Respostas consideradas: “Muitas” e “Muitas vezes”	Não Fumantes		Fumantes Passivos		Experimentadores		Fumantes	
	Pub (n= 420)	Pri (n=189)	Pub (n=391)	Pri (n=144)	Pub (n=240)	Pri (n=94)	Pub (n=52)	Pri (n=35)
Nos últimos 30 dias quantas mensagens antitabagistas viram nos meios de comunicação (TV, rádio, cartazes, pôsteres, jornais, revistas, filmes)	109 (26%)	31 (16%)	57 (15%)	28 (19%)	87 (36%)	26 (28%)	18 (35%)	11 (31%)
Quando vão a eventos esportivos, feira e concertos, eventos comunitários ou reuniões sociais, com que frequência veem mensagens antitabagistas.	49 (12%)	19 (10%)	50 (13%)	14 (10%)	43 (31%)	14 (15%)	15 (29%)	4 (11%)

Independente do status tabágico e da rede de ensino frequentada, mais da metade dos estudantes (52%) assinalou ver muitas vezes atores fumando em filmes, vídeos ou na televisão. Por outro lado, apenas 11% assinalaram ter visto propagandas de marcas de cigarros em eventos esportivos ou outros programas na TV. Para ambos sem diferença estatística em relação ao status tabágico ou à rede de ensino frequentada. (Quadro 02).

Apenas 11% assinalaram ter visto muitas vezes propagandas em cartazes e outdoors, sem diferença estatística em relação ao status tabágico ou à rede de ensino frequentada. E 10% dos estudantes

assinalaram ter visto anúncios ou promoções de cigarros em jornais ou revistas (10%), sendo que fumantes passivos da rede pública assinalaram mais frequentemente que os da rede privada (OR 1,99; p=0,03). (Quadro 02).

E 9% assinalaram ter visto muitas vezes anúncios de cigarros em eventos, sendo que não fumantes da rede pública assinalaram mais frequentemente que os da rede privada (OR 2,65; p=0,004). Não houve diferença estatística em relação ao status tabágico. (Quadro 02).

Quadro 02: Alcance do merchandising ou propaganda da indústria do tabaco entre estudantes do ensino médio em escolas públicas (Pub) ou privadas (Pri) de Anápolis, GO.

Respostas consideradas: “Muitas” e “Muitas vezes”	Não Fumantes		Fumantes Passivos		Experimentadores		Fumantes	
	Pub (n= 420)	Pri (n=189)	Pub (n=391)	Pri (n=144)	Pub (n=240)	Pri (n=94)	Pub (n=52)	Pri (n=35)
Quando veem TV, vídeos ou filmes, com que frequência veem atores fumando.	190 (45%)	97 (51%)	217 (55%)	88 (61%)	126 (53%)	47 (50%)	27 (52%)	22 (63%)
Nos últimos 30 dias, quando assistiram a eventos esportivos ou outros programas na TV, com que frequência viram propagandas de marcas de cigarros	51 (12%)	11 (6%)	30 (8%)	13 (9%)	35 (15%)	11 (12%)	13 (25%)	5 (14%)
Nos últimos 30 dias, quantas propagandas de cigarro viram em cartazes ou outdoors	41 (10%)	12 (6%)	52 (13%)	11 (8%)	35 (15%)	11 (12%)	10 (19%)	3 (9%)
Nos últimos 30 dias, quantos anúncios ou promoções de cigarros viram em jornais ou revistas	21 (5%)	11 (6%)	78 (20%)	15 (10%)	15 (6%)	5 (5%)	8 (15%)	1 (3%)
Quando vão a eventos esportivos, feiras, concertos, eventos comunitários, com que frequência veem anúncios de cigarros	59 (14%)	10 (5%)	15 (4%)	13 (9%)	27 (11%)	9 (10%)	5 (10%)	1 (3%)

Com resultados praticamente idênticos entre estudantes da rede pública e privada, poucos estudantes assinalaram possuir alguma coisa com o logotipo de marca de cigarros, e já ter sido abordados por representantes de marcas de cigarro oferecendo amostras grátis. O percentual de estudantes que afirmaram possuir produtos com o logotipo de marcas de cigarro foi maior entre experimentadores (OR 0,55; p=0,007) e fumantes (OR 0,29;

p<0,0001) que entre não fumantes e fumantes passivos. Achado semelhante ocorreu com a oferta de amostras grátis, mais frequente entre experimentadores (OR 0,60; p=0,003) e ligeiramente entre fumantes (OR 0,59; p=0,08). Não houve diferença estatística entre escola pública e privada para os resultados, independente do status tabágico. (Quadro 03).

Quadro 03: Assédio aos estudantes pela indústria do tabaco e seus representantes entre os estudantes do ensino médio em escolas públicas (Pub) ou privadas (Pri) de Anápolis, GO.

Resposta considerada: “Sim”	Não Fumantes		Fumantes Passivos		Experimentadores		Fumantes	
	Pub (n= 420)	Pri (n=189)	Pub (n=391)	Pri (n=144)	Pub (n=240)	Pri (n=94)	Pub (n=52)	Pri (n=35)
Possuem algo (camiseta, caneta, mochila, etc.) com o logotipo de marca de cigarro.	9 (2%)	4 (2%)	11 (3%)	9 (6%)	22 (9%)	8 (9%)	9 (17%)	6 (17%)
Já receberam ofertas de amostra grátis de cigarro por representantes de marcas de cigarro.	20 (5%)	7 (4%)	40 (10%)	15 (10%)	42 (18%)	11 (12%)	7 (13%)	7 (20%)

Quanto ao acesso às informações referentes ao tabagismo, a maioria dos estudantes (82%) assinalou ter recebido informações acerca dos efeitos danosos de fumar em casa, por alguém da família, sem diferença estatística em relação ao status tabágico ou à rede de ensino frequentada. (Quadro 04).

Independente do status tabágico e da rede de ensino frequentada, houve consenso entre os estudantes que, durante o ano letivo, os perigos do cigarro não foram abordados em sala de aula (77%), não foram debatidas em aula as razões pelas quais as pessoas da mesma idade deles fumam (89%), nem foi falado sobre os efeitos do cigarro (83%). (Quadro 04).

E 38% dos estudantes assinalaram que “cigarro e saúde” nunca foi tema de aula, sendo que fumantes passivos da rede pública assinalaram mais frequentemente que os da rede privada (OR 0,38; $p < 0,0001$). Não houve diferença estatística em relação às respostas segundo o status tabágico. (Quadro 04).

Quadro 04: Acesso a informações sobre o tabagismo, em casa ou na escola pelos estudantes do ensino médio em escolas públicas (Pub) ou privadas (Pri) de Anápolis, GO.

Respostas consideradas: “Não” e “Não lembro” (“Nunca” para a última questão)	Não Fumantes		Fumantes Passivos		Experimentadores		Fumantes	
	Pub (n= 420)	Pri (n=189)	Pub (n=391)	Pri (n=144)	Pub (n=240)	Pri (n=94)	Pub (n=52)	Pri (n=35)
Alguém da família já falou sobre os efeitos danosos de fumar	77 (18%)	32 (16%)	68 (17%)	26 (18%)	47 (20%)	13 (13%)	7 (20%)	9 (25%)
Durante o ano letivo em alguma aula falaram sobre os perigos do cigarro	345 (82%)	150 (79%)	301 (77%)	109 (75%)	183 (76%)	68 (72%)	40 (77%)	27 (77%)
Durante o ano letivo foram debatidas em aula as razões porque as pessoas da mesma idade fumam	390 (93%)	169 (89%)	367 (94%)	134 (93%)	211 (88%)	79 (84%)	45 (86%)	31 (88%)
Durante o ano letivo em alguma aula falaram sobre o efeito do cigarro (amarelar dente, provocar rugas, cheirar mal).	364 (87%)	156 (82%)	371 (95%)	113 (78%)	191 (80%)	74 (78%)	43 (83%)	29 (82%)
Quando foi a última vez que cigarro e saúde foram tema de aula (resposta considerada: Nunca)	200 (48%)	66 (34%)	65 (17%)	62 (43%)	93 (39%)	33 (35%)	19 (37%)	17 (48%)

DISCUSSÃO

As leis brasileiras para controle do tabagismo estão entre as mais avançadas do mundo, com importante viés para a prevenção da aquisição do hábito tabágico por crianças e adolescentes ⁽¹⁾.

O controle se iniciou na própria Constituição da República Federativa do Brasil ⁽⁸⁾, que determinou que a publicidade de tabaco estaria sujeita à restrições legais e conteria advertência sobre as consequências do tabagismo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente ⁽⁹⁾ (Lei nº 8.069 de 13 de julho

de 1990) proibiu a venda, fornecimento ou entrega, à criança ou ao adolescente, de produtos cujos componentes pudessem causar dependência física ou psíquica.

A Lei nº 10.167 de 27 de dezembro de 2000 ⁽¹⁰⁾ proibiu a participação de crianças e adolescentes na publicidade de produtos derivados do tabaco e a venda de produtos do tabaco a menores de 18 anos. Proibiu, também, a propaganda por meio eletrônico, inclusive pela internet, de produtos derivados do tabaco, bem como a comercialização em estabelecimento de ensino, em estabelecimento de saúde e em

órgãos ou entidades da Administração Pública, a distribuição de amostras grátis ou brindes, e a venda por meio postal, medidas que deveriam dificultar o acesso e experimentação ao cigarro. Ainda assim, no presente estudo, 7,75% dos adolescentes das escolas públicas e 8,5% das privadas assinalaram possuir produtos com emblemas de marcas de cigarro (camisetas, canetas, mochilas, etc.).

A mesma Lei nº 10.167 ⁽¹⁰⁾ restringiu a publicidade de produtos derivados do tabaco à afixação de pôsteres, painéis e cartazes na parte interna dos locais de venda, proibindo-a em revistas, jornais, televisão, rádio e outdoors. Entretanto, os estudantes pesquisados referiram ter visto propagandas de cigarros em jornais e revistas nos 30 dias que antecederam a pesquisa (13% dos estudantes das escolas públicas e 6% das privadas). Proibiu, também, a propaganda indireta contratada (merchandising) e a propaganda em estádios, pistas, palcos ou locais similares, bem como o patrocínio de eventos esportivos nacionais e culturais. Apesar da proibição, os estudantes deste estudo afirmaram ter visto propagandas de cigarros em eventos esportivos e culturais que frequentaram (9,75% dos estudantes das escolas públicas e 6,75% das privadas).

A lei nº 10.702, de 14 de julho de 2003 ⁽¹¹⁾ proibiu o patrocínio de eventos esportivos internacionais por marcas de

cigarros a partir de 30 de setembro de 2005. Determinou, também, a veiculação de advertências sobre os malefícios do tabagismo na abertura, no encerramento e durante a transmissão de eventos esportivos internacionais, e facultou ao Ministério da Saúde a colocação de propagandas fixas, com advertências sobre os malefícios do tabagismo, no local da realização do evento. Apesar da lei, os estudantes informaram ter visto propagandas de cigarros em eventos transmitidos pela televisão (15% dos estudantes das escolas públicas e 10,25% das privadas).

Apenas a minoria viu mensagens antitabagistas nos meios de comunicação ou eventos nos 30 dias que antecederam à pesquisa.

E, apesar do Programa Nacional de Controle do Tabagismo ⁽⁶⁾, prever a realização do programa Saber Saúde nas escolas, os estudantes pesquisados informaram ter recebido informações sobre o tabagismo pelos familiares (81% dos estudantes das escolas públicas e 82% das privadas), enquanto na escola, a maioria assinalou não ter recebido informações durante o ano letivo, e cerca de um terço assinalou que o tema NUNCA foi trabalhado em sala de aula. Esse fato indica que o Saber Saúde não está sendo desenvolvido adequadamente, nem na rede pública nem na privada de ensino.

Uma das dificuldades encontradas durante a realização da pesquisa foi a identificação da veracidade das respostas fornecidas, uma vez que não há no questionário padrão VIGESCOLA ⁽⁷⁾ perguntas referentes às mídias ou eventos nos quais propagandas de cigarro foram vistos. Ou referentes às situações em que os estudantes foram abordados por representantes da indústria do tabaco com ofertas de amostras ou produtos com logomarcas. Assim, é necessário questionar se as respostas de fato referem-se à realidade ou à expectativa dos estudantes acerca do tema tabagismo. Portanto, pesquisas futuras poderiam explorar qualitativamente as experiências dos estudantes referentes à propaganda e merchandising do cigarro.

CONCLUSÃO

Conclui-se que maior fiscalização ao assédio de adolescentes por meio de propaganda e merchandising pela indústria do tabaco é necessária, bem como maior ênfase à abordagem do assunto tabagismo nas escolas.

Tornam-se necessárias, também, a avaliação, revisão e reformulação do Programa Saber Saúde, e uma discussão ampla sobre o papel da escola na prevenção da aquisição do hábito tabágico.

REFERÊNCIAS

1. Meirelles RHS, Cavalcante TM. Quais políticas de controle do tabagismo um país deve ter para chegar a um tratamento eficaz: a perspectiva governamental. In: Gigliotti AP, Presman S. Atualização no tratamento do tabagismo. Rio de Janeiro: ABP-Saúde. 2006. p.172-189.
2. Cinciprini PM, Hecht SS, Henningfield JE, Manley MW, Kramer BS. Tobacco addiction: implications for treatment and cancer prevention. J Natl Cancer Inst. 1997;89(24):1852-67.
3. World Bank - The International Bank for Reconstruction and Development. Curbing the Epidemic: Governments and the Economics of Tobacco Control. Washington: World Bank. 1999.
4. Cavalcante TM. O programa de controle do tabagismo no Brasil: avanços e desafios. Rev. psiquiatr. 2005; 32(5):283-300.
5. Iglesias R, Jha P, Pinto M, Costa e Silva VL, Godinho J. Tobacco Control in Brazil. Washington: World Bank. 2007.
6. Brasil, Ministério da Saúde, Instituto Nacional do Câncer. O Programa Nacional de Controle do Tabagismo e outros Fatores de Risco para o Câncer:

- modelo lógico e avaliação. Rio de Janeiro, 2003.
7. Brasil, Ministério da Saúde, Instituto Nacional do Câncer. VIGESCOLA: Vigilância de Tabagismo em Escolares. Dados e fatos em 12 capitais brasileiras. Brasília: Ministério da Saúde. 2004.
 8. Brasil, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. [Acessado em: 17 out. 2011] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.
 9. Brasil, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. [Acessado em: 17 out. 2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
 10. Brasil, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.167 de 27 de Dezembro de 2000. Altera dispositivos da Lei nº 9294 de 15 de Julho de 1996. Que dispõem sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. [Acesso em: 17 out. 2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10167.htm.
 11. Brasil, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.702, de 14 de Julho de 2003. Altera a Lei nº 9.294 de 15 de Julho de 1996. Que dispõem sobre as restrições ao uso de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas nos termos de § 4º do art. 220 da Constituição Federal. [Acesso em: 17 out. 2011] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.702.htm.

Sources of funding: No
Conflict of interest: No
Date of first submission: 2013-10-16
Last received: 2013-12-02
Accepted: 2013-12-19
Publishing: 2014-02-28

Corresponding Address

Cristine Cristine Miron Stefani
SHCGN 712, Bl. L, AP. 103, Brasília-DF. CEP
70760-712.E-mail: cmstefani@gmail.com. Tel:
(61) 99329778